

Depoimento de Paulo Fonteles Filho à Comissão Nacional da Verdade

São Paulo 09 de maio de 2013, Escritório da Presidência da República.

Senhoras e Senhores Comissionados,

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a oportunidade histórica de poder, no âmbito da Comissão Nacional da Verdade, inédita experiência brasileira, prestar meu testemunho diante do imenso esforço da consciência nacional no sentido de lançar luz sobre as brutalidades e violências perpetradas pelos generais facínoras e seus aliados civis que assaltaram o poder em 1964, subvertendo a ordem democrática, instalando o período mais tenebroso de nossa história republicana onde a tortura, os assassinatos e desaparecimentos forçados viraram práticas comuns de agentes do aparelho estatal. Neste processo, de mais de vinte anos, aqueles famigerados elegeram, também, a infância como inimiga da segurança nacional.

Em segundo lugar, registro um abraço afetuoso, aos que, como eu, conheceram todo o barbarismo dos verdugos e aqui rendo minhas homenagens à memória de meu pai, Paulo Fonteles, advogado de posseiros no Sul do Pará, assassinado pelo latifúndio em 1987 e a minha mãe, Hecilda Veiga, a pessoa mais íntegra que conheço nesta vida e que, com o destemor de ter me feito nascer, em meio ao Pelotão de Investigações Criminais, em fevereiro de 1972, revelou inexorável bravura ao ponto de um agente da repressão política, dentro da Polícia Federal, cunhar a frase: “Filho dessa raça não deve nascer”,

Em *Segunda Anúnciação*, poema escrito anos depois dos cárceres, meu pai denunciava o discurso e a prática do tirano:

“Teu filho
teu filho
teu filho
não nascerá.
Teu filho
filho dessa raça
filho dessa raça
não deve nascer.
Não deve nascer
não deve nascer.
Filho dessa raça
não deve nascer.
Teu filho
filho dessa raça
filho dessa raça
não deve nascer
não deve nascer”.

Aqui, antes de mais nada, devo por convicção e altiva consciência, denunciar locais e os verdugos que atuaram severamente para por fim em nossas vidas, seja no Pelotão de Investigações Criminais da Polícia do Exército, e no DOI-CODI instalado dentro do próprio Ministério do Exército, em Brasília, seja no Rio de Janeiro, no Centro Científico de Torturas, na terrível Barão de Mesquita, também da Polícia do Exército. Meus pais também ficaram presos em Belém, na Gaspar Viana, onde meu irmão Ronaldo foi gerado, e no antigo Presídio São José. Nesta fase eu já havia nascido, portanto, estava em segurança familiar.

Mas vamos aos torturadores, e como ensina Wadih Damous, Presidente da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, recém-instalada, em discurso na Assembleia Legislativa do Estado do Pará quando da devolução simbólica dos mandatos em março deste ano de 2013, dentre eles o do ex-governador Aurélio do Carmo, único vivo entre os governadores cassados em 1964 que, “os torturadores têm medo da luz do sol”.

Aqui haveremos de colocar holofotes sobre as bestas-feras!

Segundo denúncia de meus pais, publicada no Jornal Resistência, da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, no final da década de 1970, fomos seviciados e torturados pelo general Antônio Bandeira, coronel Azambuja, major Paulo Horta, major Andrade Neto, major Othon Rego Monteiro Barros, capitão Magalhães, capitão Menezes, “doutor” Cláudio, o delegado da Polícia Federal Deusdeth, tenente Burger, o sargento Vasconcelos, o sargento Arthur, o sargento Ribeiro, o cabo Edson Torrezan, o cabo Jamiro ou Jamito, o cabo Nazareno, o cabo Martins, o cabo Calegari, e os soldados Ismael, Almir, Osmael e Admir.

Aqueles violentos, especialistas na Santa Inquisição e que diziam que os métodos da Gestapo estavam ultrapassados, atuaram para liquidar-nos, tanto em Brasília como no Rio de Janeiro. Numa das passagens do depoimento ao Resistência, meu pai denunciava que, *“através de um vidro, mostravam-me a Hecilda, apanhando no rosto e nas pernas, grávida de cinco meses”*.

No mercurial *“Brasil: Nunca Mais”*, prefaciado por Dom Paulo Evaristo Arns e lançado em 1985, em sua 1ª Parte intitulada “CASTIGO CRUEL, DESUMANO E DEGRADANTE”, no conceito que trata de “Gravidez e Abortos” assevera que: *“Para as forças repressivas, as razões do Estado predominavam sobre o direito à vida. Muitas mulheres que, nas prisões brasileiras, tiveram sua sexualidade conspurcada e os frutos do ventre arrancados, certamente preferiram calar-se, para que a vergonha suportada não caísse em domínio público. Hoje, no anonimato de um passado marcante, elas guardam em sigilo os vexames e as violações sofridas. No entanto, outras optaram por denunciar na Justiça Militar o que padeceram, ou tiveram seus casos relatados por maridos e companheiros”*.

Neste subtítulo meu nascimento é relatado:

“Em Brasília, a estudante Hecilda Mary Fonteles de Lima, de 25 anos, revelou em 1972, como ocorreu o nascimento de seu filho, sob coação psicológica e com acentuados

reflexos somáticos:

(...) ao saber que a interrogada estava grávida, disse que o filho dessa raça não devia nascer; (...) que a 17.10 foi levada para prestar outro depoimento no CODI, mas foi suspenso e, no dia seguinte, por estar passando mal, foi transportada para o Hospital de Brasília; que chegou a ler no prontuário, por distração da enfermeira, constando do mesmo que foi internada em estado de profunda angústia e ameaça de parto prematuro; que a 20.2.72 deu à luz e (24 horas após o parto, disseram-lhe que ia voltar para o PIC; (...)).

No dia de meu nascimento, em 20 de fevereiro de 1972, minha mãe denunciou, ainda, ao insurgente jornal dos paraenses que:

“(...) levaram-me ao Hospital da Guarnição em Brasília, onde fiquei até o nascimento do Paulo. Nesse dia, para apressar as coisas, o médico, irradíssimo, induziu o parto e fez o corte sem anestesia. Foi uma experiência muito difícil, mas fiquei firme e não chorei (...).”

Minha mãe, Hecilda, afirma ainda que o tal médico disse-lhe que ela não gostava do filho, simplesmente porque não sofria. Minha mãe, que peitara o general Bandeira exigindo respeito para com as presas políticas ia dar o braço a torcer? Nunca, jamais, em tempo algum!

Uma das lembranças mais antigas que tenho sobre mim mesmo está no fato de ter nascido na prisão e de ser filho de comunistas. Minha avó, Cordolina Fonteles de Lima, que dias antes deste depoente vir ao mundo sofreu tentativa de sequestro e veladas intimidações contava que os agentes da repressão atrasaram minha entrega para a família, por horas, porque simplesmente não haviam encontrado algemas que dessem em meus pulsos de recém-nascido, eles deviam me achar bastante perigoso!

No traslado do Hospital da Guarnição, onde nasci, até o aeroporto de Brasília, foi montada, pelas forças repressivas, uma aparatosa ação que, segundo a justificativa militar, procurava evitar que aquele recém-nascido fosse sequestrado por ‘subversivos’. Dentro de uma cesta desembarquei em Belém, sob forte vigilância.

Nesta fase, de minha primeira infância, um agente repressivo, conhecido como ‘Waldir’, entabulou um romance com a irmã mais nova de meu pai, Anita Eleonora, mantendo com ela, por meses, um namoro que só não virou casamento por conta de ter sido descoberto por amigos da família Fonteles de Lima. Tal agente mergulhou em nossas vidas para saber das conexões pessoais e políticas de meus pais no sentido de fazer ‘cair’, jargão daqueles tempos, outros militantes políticos que atuavam em oposição à ditadura militar. O resultado deste processo ensejou distúrbios mentais gravíssimos em Anita e condenou-a, no curso de toda a sua vida, a frequentar por diversas vezes, em quarenta anos, hospitais psiquiátricos.

Minha família, por conta da situação de desterro de meus pais, fora obrigada pelos prepostos do

coronel Jarbas Gonçalves Passarinho à fazer uma carta de “agradecimento” à aquele importante ideólogo da repressão, que cunhou a célebre frase, de triste lembrança, na edição do Ato Institucional Nº 5: “As favas com os escrúpulos da consciência”.

Lembro bem, mesmo em tenra idade, meus pais condenarem tal carta de “agradecimento” e denunciavam que, “enquanto estavam sob a mais brutal tortura, o coronel Passarinho, então Ministro da Educação, posava de humanista e afirmava que eles estavam sendo bem tratados, detidos apenas para averiguação”. Durante anos meu pai ficou sem falar com um dos irmãos, um dos mais velhos, por conta do envio de tal carta à aquele pústula, responsável, também, pela edição do 477, pérfida lei que afastava por três anos das universidades estudantes presos enquadrados como “terroristas”. Neste momento, o coronel Jarbas Gonçalves Passarinho definha e parece estar bem próximo à Satanás.

Em setembro de 1972, meu avô paterno, Luiz Veiga, aos 54 anos, internado com um quadro de tuberculose, no Hospital Barros Barreto, em Belém, tomou conhecimento da prisão de Paulo e Hecilda através da “Folha do Norte”, na notícia intitulada “Casal de terroristas paraenses chega à Belém”. Ato contínuo, Luiz Veiga visita Hecilda no Presídio São José e dia seguinte, pela manhã, vai a óbito com uma parada cardíaco-respiratória. Minha mãe vai aos funerais do pai, Luiz, sob escolta de uma policial chamada Hilda “uma negra de quase dois metros de altura”. Hecilda, neste episódio, já carregava no ventre o Ronaldo.

Ao sair da prisão, ao escutar barulho de sirene de um carro de polícia, minha mãe, Hecilda, teve desmaios e convulsões. Meu pai, segundo à memória de José Marcos Fonteles de Araújo, um de seus sobrinhos mais velhos e já homem feito, fazia vigília junto ao tio para que evitasse qualquer tentativa de suicídio. Há pouco tempo, em Belém, relatou que Paulo, sofria permanentes insônias, dores de cabeça e ataques de fúria.

Fora naquelas condições, terríveis, que nossa família se reencontrou. Ali, além de Paulo e Hecilda, havíamos nós, os filhos, eu e Ronaldo.

Não tenho dúvidas que herdamos de nossos pais, seus destemores e convicções. A canção de Belchior, cantada pela mais bela voz feminina em todos os tempos de civilização brasileira, a de Elis Regina, está prenhe de verdade quando afirma que “ainda somos os mesmos e vivemos como os nossos pais”. Neste caso, Paulo e Hecilda, por seus valores humanistas e revolucionários devem sempre ser seguidos pelos filhos, seja pela conduta, seja pelas idéias, o que nos dá, seguramente, a régua e o compasso.

Naqueles primeiros anos, juntos, sinto que éramos bem cuidados, mesmo com os dissabores das vivências no cárcere. Vivíamos na Ilha do Mosqueiro, belíssimo balneário próximo à Belém. Meus pais, cumprindo o 477, foram morar e trabalhar em uma das fazendas de Ronaldo e Antônio Fonteles, irmãos mais velhos de Paulo. Naqueles dias meu pai assumiu a gerência da propriedade, um seringal de quase mil hectares de terra. Reza a lenda que em dia de pagamento dos peões, Paulo fazia um discurso socialista, e dizia que “o trabalho nos seringais era uma exploração”.

Quando encerrou o período do 477, a família Fonteles de Lima, com medo de que Paulo retomasse a

atividade política quis fazê-lo fazendeiro, dono de terras, condição que nunca aceitou. Lembro-me que neste período, havia ganhado um carro zero quilômetro, um Chevette marrom, último lançamento. Meu pai trocou o carro novo por um do mesmo modelo, já bastante surrado, do irmão caçula, José Fonteles.

Lembro de ter perguntado, bem menino, o que havia acontecido com o “carro novo” e meu pai ria, dizendo que não precisava de carro novo para “enfiar na Baía do Sol”, região do Mosqueiro que sediava o empreendimento familiar. Essa é uma das primeiras lembrança que tenho daqueles dias. Outras ensejam banhos de igarapés e corridas naquelas praias amazônicas.

Creio que o aspecto mais dolorido neste processo todo foram os desacertos entre Paulo e Hecilda, o que levou-os a dois casamentos e duas separações. Apesar de se amarem muito, tiveram por toda a vida imensas dificuldades de convivência, muitos desencontros, um sofrimento continuado por conta, creio, da experiência da tortura e da prisão. Tais desencontros nos cortavam a carne, apesar do imenso esforço que faziam para que fossemos crianças felizes e mentalmente sadias.

Fui uma criança bastante insegura e só fui andar e falar quando meu irmão, Ronaldo, um ano e três meses mais novo que eu começou a andar e a falar. Não sei o que teria sido de minhas faculdades mentais se o Ronaldo não estivesse existido em minha vida, não apenas como irmão, mas como amigo, o primeiro e mais querido, dos tantos irmãos que tenho, de sangue e da vida, que o curso de mais de quarenta anos me permitiu ter. Não tenho dúvidas de que quem nos salva, sempre, são as relações humanas e as idéias avançadas.

Se este é meu depoimento, vou falar de um tempo em que, menino, testemunhei a retomada de meus pais na luta do povo, meu pai no campo e minha mãe na cidade. Poderiam ter se acomodado, poderiam ter cuidado de suas próprias vidas, o que seria justo diante das memórias do cárcere. Mas não, retomaram às posições de combate!

E ali estávamos nós, crescendo como crescem as árvores. As histórias da carochinha contadas eram sempre de guerrilheiras tartaruguinhas contra um jacaré de fardas que viviam no Araguaia.

Foi por aqueles tempos em que meu pai, formado em direito, resolveu advogar para a Comissão Pastoral da Terra (CPT) na região do Araguaia. Muito de sua decisão têm as digitais na luta guerrilheira do Araguaia e o fato de ter travado conhecimento com os primeiros presos da insurgência nas matas paraenses, dentre eles estava José Genoíno Neto. Outro fator importante para se destinar à defesa dos posseiros foi o incentivo que teve do poeta e intelectual Ruy Paranatinga Barata no conflito da Fazenda Capaz, em 1977, de propriedade do coronel aposentado estadunidense John Davis, que, enfim, de tanto atentar contra os lavradores, de promover grilagem de terras e de liquidar fisicamente com dezenas de camponeses fora justificado pelo movimento social camponês.

Debruçado na defesa dos camponeses pobres e procurando reunir informações sobre heróica luta rebelde araguaiana, meu pai, Paulo Fonteles, mais uma vez passou a sofrer a carga da reação, de

famigerados como o Major Curió, do Centro de Inteligência do Exército (CIE) e do grande latifúndio, aliados incontestes na espoliação da Amazônia, sempre em benefício dos poderosos, sejam eles nacionais ou estrangeiros.

Moramos em Conceição do Araguaia e tínhamos o imenso rio dos karajá em nosso quintal. Por aqueles dias já convivíamos com os lavradores e os filhos destes, como é o caso dos filhos de Amaro Lins e de Neuza, Vladimir, Carlos e Maurício, além de Helenira, amigos para todo o sempre.

Um dos principais fatores de minha ligação com meu irmão Ronaldo foi o fato de termos vivido essa experiência em Conceição do Araguaia. O Ronaldo teve uma diarreia de quase um ano, sem nunca ter sido levado ao médico. Meu irmão chorava todas as noites, querendo voltar para Belém, para perto de nossa mãe. Todos os domingos falávamos com Hecilda e pedíamos para voltar para casa.

Com 7 e 6 anos só tínhamos um ao outro, um na defesa do outro. Na infância, a saúde de meu irmão era bem frágil, evidentemente, pelas precárias condições em que foi gerado, onde, Hecilda estava bastante machucada psicologicamente e fisicamente devastada pela experiência do PIC e na Barão de Mesquita. A asma e as bronquites eram comuns e ele padecia em meio à poeira e o tórrido calor do Sul do Pará. Neste sentido sempre tive uma saúde melhor que a de meu irmão, seguramente pelo fato de já estar formado quando de nossa prisão, em outubro de 1971.

A única segurança que tínhamos era quando o Paulo chegava de viagem e passava alguns dias conosco. Mas logo se ausentava, mesmo que diante de nossos protestos e choros convulsivos, porém, nada adiantava e, mais uma vez, teríamos que conviver com aquela dura situação, literalmente, sem pai nem mãe.

As lembranças boas daqueles dias foi nosso primeiro dia de aula, manhã bem cedo, sol que se levantava, o pai levando os filhos para a escola e o fato de viajarmos pelo Araguaia atrás das praias paradisíacas do caudaloso rio, batizado pelos primeiros habitantes do Brasil como Arawa'i. Quando, enfim, retornamos para a capital paraense, meu pai escreve um poema premonitório, "Para Ronaldo e Paulinho", onde conclui "(...) onde encontrá-los, numa cela ensanguentados? (...) de fuzís nas mãos, libertando-me? Quem sabe será toda uma vida".

Enfim, retornamos à Belém por conta de dois eventos: as ameaças contra a atuação de meu pai e a preocupação de que fôssemos atingidos pela reação e o fato de que minha mãe sofreu seriíssimo acidente automobilístico, quase perdendo à vida. Logo depois meus pais se reencontraram, casaram de novo, período em que foi gerado o João Carlos Haas.

As imensas exigências políticas, o enfrentamento contra a ditadura e o latifúndio demarcaram muito nossas vidas, encontros e desencontros, coisa que só fui entender anos depois, particularmente depois do desaparecimento de meu pai. Sua convicção era tamanha, o engajamento era tão profundo e as responsabilidades eram tão eloquentes que nosso pai, mesmo sendo extremamente carinhoso e amoroso,

pouco pode conviver conosco e sua ausência é até hoje sentida por nós, todos nós.

Em três cartas endereçadas à Hecilda, expõe com clareza o ritmo de trabalho. A primeira, de 19 de Março de 1980, revela:

"(...) o diabo é que estou tremendamente cansado. Além de farto de direito, processos, advogados e jurisprudências, o trabalho é tanto que me esgota sem dar conta de todo o serviço. Estive fazendo um levantamento e constatei nada mais que 73 casos (...)"

Na segunda carta, no dia seguinte, continua em desabafo:

"(...) de qualquer jeito a gente vai levando esta luta pra frente; conquistando vitórias importantes, apesar de tudo. De qualquer forma, conseguimos encostar um pouco a ditadura, aqui neste sertão, à parede. O Getat (Grupo de Terras Araguaia-Tocantins) é sua última alternativa. O negócio é continuarmos firmes, ampliando nossos esforços, somando novas forças e corrigindo nossos erros e debilidades, fazer a luta do povo crescer até que ela mesmo engolfe esse regime assassino e maldito."

A terceira, de data imprecisa, apresenta um homem visceral:

"(...) Parece que todos os problemas de terras do sul do Pará desabaram na minha cabeça. De repente, e digo de repente, porque eu só esperava que a situação fosse 'esquentar' a partir de maio. Mas qual nada! A situação esquentou."

Terra, posseiros, grileiros, polícia, cartório, tudo se mistura, numa profusão de casos que me deixa tonto. E se fosse possível ter uma atitude fria, distante, 'marciana', haveria maior tranquilidade. Mas a cada injustiça, a cada abuso e arbitrariedade policial, a cada fraude do aparelho judiciário, sempre contra os lavradores, a gente sente, se exalta e, conseqüente, envolve-se emocionalmente, tem a vontade de partir pro pior. Por isso é que John Lennon, o beatle, disse que "felicidade é um fuzil quente".

E a reação faz carga contra mim. Ontem, conversando com o Dom Joseh, o bispo, a respeito de nosso problema pessoal, ele me disse que muita, muita gente, tem procurado por ele para fazer denúncias contra mim. Que ele estava em Belém, foi procurado por um padre barnabita, parece-me aquele Giambelli de Nazaré, que pediu-lhe uma entrevista com um personagem desconhecido. Esse personagem, que ele não disse quem era, nem lhe perguntei, foi até ele me 'denunciar'. Que eu era comunista confesso, e até já havia escrito um artigo em que me declaro ateu. Ele, o bispo, contou-me que ficou tão irritado que despediu-se imediatamente do alcaguete, de forma intempestiva e até deseducada. Pelo menos isso!

Agora apareceu mais um processo em que um grileiro e uma corja de advogados, altamente comprometidos com o vil metal, oferecem uma denúncia a Polícia Federal

acusando-me de ter mandado invadir terras. Na verdade, o sangue começa a me esquentar as veias.

Mas é isso mesmo. E a luta, não? Um dia, eles estarão no lixo da história.

O movimento camponês cresce. Hoje à noite começamos o encontro da oposição sindical, reunindo cerca de 30 a 40 lavradores, que irá até depois de amanhã. Sinto também que começa haver um crescimento qualitativo. O livro de memórias do Gregório Bezerra que trouxe de Belém está sendo devorado por alguns trabalhadores. É a melhor literatura que poderíamos dispor agora. Vou precisar, inclusive de mais seis exemplares (vols. 1 e 2), que te pediria pra me mandares com urgência. O vol. 1 tem no Jinkings e o 2 tem na livraria do IPAR. Podes comprá-los nas minhas contas. Ok? Ah! O Gregório cita em suas memórias nominalmente o Zé Basílio, o nosso Doza. Em 1947!!! (...)."

Todo esse ambiente do final da década de setenta fora de muita luta e no mesmo momento em que os operários paralisavam no ABC paulista que revelou para a cena brasileira o metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva, os camponeses dos sertões paraenses ocupavam 250 mil hectares de terras no Baixo-Araguaia, numa verdadeira guerra de guerrilhas contra o poderio dos latifundiários.

Esse momento foi de militarização da política fundiária, com o engendramento do Grupo Executivo Araguaia-Tocantins (Getat) que, a bem da verdade estava ali por conta dos vultosos e alienígenas projetos para a Amazônia no sentido de conter a luta dos lavradores. Porque tanto naquela época quanto na atualidade os trabalhadores do campo sempre ofereceram destemida oposição à entrega das riquezas nacionais. .

Enfrentando o poder dos coronéis das oligarquias rurais, Paulo Fonteles logo é reconhecido pelos homens e mulheres simples do campo e por eles é carinhosamente chamado de "advogado-do-mato".

E nesse momento que seu nome começa a figurar nas tenebrosas listas de marcados para morrer, muito em função de sua atuação como advogado da oposição sindical nas contendas contra o pelego Bertoldo, preposto dos militares, na luta para retomar para as mãos dos lavradores o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia. Naquela época tal município englobava Rio Maria, Xinguara e Redenção.

A chapa de Bertoldo era apoiada abertamente por gente de triste estirpe como os famigerados Major Curió e o Ministro Jarbas Passarinho. Todos os instrumentos repressivos do regime atuaram para derrotar a oposição e até a Rádio Nacional de Brasília fazia campanha para os caudatários do militarismo.

Nesse contencioso é assassinado Raimundo Ferreira Lima, o "Gringo". O candidato à presidência da oposição sindical fora a primeira liderança camponesa assassinada no Sul do Pará quando retornava de longa viagem onde percorreu o país amealhando apoio político e financeiro para o contencioso eleitoral. A oposição vence os caudatários do regime e a eleição é empastelada pelo Ministério do Trabalho.

Daquela chapa, de 1980, participaram ainda João Canuto de Oliveira, Belchior e Expedito Ribeiro de Souza, além de Paulo Fonteles e todos, sem exceção, foram mortos pelo latifúndio nos anos que iriam se seguir.

É também neste período que procura sistematizar os acontecimentos dos combates da Guerrilha do Araguaia e certamente foi seu primeiro pesquisador. Conhece gente como o "Velho Doza", antigo militante das Ligas Camponesas onde fora citado como exemplo de combatividade e inteligência no livro de memórias de Gregório Bezerra, publicado em 1947. Militante comunista Bezerra fora eleito em 1946 Deputado Federal Constituinte na lendária bancada do Partido Comunista do Brasil que contava com Luís Carlos Prestes, primeiro senador eleito pelo PC, além de figuras legendárias como João Amazonas, Maurício Grabois, Carlos Marighela, Jorge Amado, dentre outras. Conhece, também, Amaro Lins, ligado às Forças Guerrilheiras do Araguaia.

Cumprindo importante papel de advogado de familiares de mortos e desaparecidos que, em histórica caravana percorrem a região por mais de dez dias em fins de 1980. Tal caravana é um marco da luta dos direitos humanos no Brasil. Dessa atividade escreve um conjunto de artigos para a "Tribuna da Luta Operária" onde afirma que no Araguaia a luta fora de massas, tomando a posição contrária de que nas matas da Amazônia a mais contundente oposição ao regime militar teria sido um "foco" que, na linguagem política é o mesmo que atuar sem o povo, como uma espécie de seita. Compreendeu, como poucos que a luta é um problema científico do ponto de vista de entender as necessidades populares.

Em 1982 é eleito Deputado Estadual sob a consigna de "Terra, Trabalho, Liberdade e Independência Nacional" e no curso de sua atuação parlamentar é constantemente ameaçado e por diversas vezes denuncia da tribuna da Assembleia Legislativa do Pará as macabras listas de marcados para morrer onde figurava. Em 1985, um Coronel do Exército e latifundiário, Eddie Castor da Nóbrega anuncia num dos principais jornais paraenses que iria atentar contra a vida do então Deputado. Fonteles no mesmo jornal responde que "se um Coronel tem a ousadia de ameaçar de morte um Deputado abertamente, o que este senhor não faz com os trabalhadores rurais de sua fazenda", concluiu.

Um dos aspectos de sua passagem pelo parlamento fora a denúncia contra a ditadura militar e a necessidade histórica de passarmos para um regime democrático, onde as liberdades políticas pudessem estar asseguradas no altar da vida pública brasileira.

Denunciava, também, o entreguismo do governo militar com sua subserviência aos poderosos internacionais e os projetos do imperialismo para a Amazônia. Atuava com um pé no Plenário e outro nas ruas, aliado não apenas dos camponeses, mas também da juventude e dos trabalhadores urbanos.

Em 1986 é candidato à Deputado Federal Constituinte, porém não conseguiu êxito eleitoral.

Em 11 de Junho de 1987 todas as ameaças se confirmam e no final da manhã daquele dia é assassinado à mando da União Democrática Ruralista (UDR) na região metropolitana de Belém. A ação que atentou contra a vida de Paulo Fonteles ocorreu no mesmo momento em que se votava, no âmbito da constituinte, o capítulo da terra.

A empreitada que vitimou tão brilhante vida, teve, como intermediário e executores gente do antigo regime que vieram para a Amazônia organizar milícias no sentido de proteger a grande propriedade rural da "ameaça" camponesa. O fato é que os latifundiários instalados na Amazônia utilizaram largamente, agentes da repressão, que promoveram uma espécie de "diáspora" para o norte do Brasil. Esse é o caso, por exemplo, de James Vita Lopes, julgado e condenado como intermediário da ação que vitimou Fonteles e que pertenceu aos quadros da Operação Bandeirantes de São Paulo como também do Serviço Nacional de Informações (SNI).

O jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto, em setembro de 1987, escreve um poderoso artigo intitulado "O Caso Fonteles: um crime bem planejado", na qual transcrevo na íntegra:

"Não foi apenas uma vaga de deputado federal que Paulo Cezar Fonteles de Lima perdeu no final do ano passado: derrotado na eleição de novembro, em março terminaria seu mandato de deputado estadual, assumiria oficialmente sua vinculação ao Partido Comunista do Brasil, deixando o "guarda-chuva" do PMDB, e retornaria à advocacia fundiária, como defensor de posseiros, atividade que o levou à Assembleia como o mais combativo dos representantes da esquerda.

Para um grupo de proprietários de terras, era a oportunidade do ajuste de contas: sem a proteção do mandato político, Fonteles, 38 anos, se tornava um alvo menos complicado. Era preciso aproveitar a oportunidade, antes que a dedicação exclusiva às lutas do campo pudesse refazer seu suporte e novamente transformá-lo num inimigo perigoso.

Provavelmente o assassinato de Paulo Fonteles começou a ser preparado em março. Entre o final desse mês e o início de abril dois homens, ambos aparentando 30 anos, um deles alto, forte, barbudo, o outro magro e baixo, se hospedaram no Hotel Milano, um hotel de segunda categoria, mas encravado num ponto estratégico da avenida Presidente Vargas, a mais importante do centro da cidade.

José Roberto Vasconcelos, o Betão, e Marcos Antonio Nogueira, o Marquinhos, não poderiam ficar em melhor local para desempenhar sua missão. Eles deveriam observar Paulo Fonteles e checar um plano de ação para dois outros homens, que só viriam depois, com uma outra arefa: matar o ex-deputado.

Betão e Marquinhos estiveram no Milano mais duas vezes: entre 17 e 19 de maio e de 3 a 11 de junho, dia do assassinato. As duas primeiras estadias foram pagas pelo chefe deles. Na última, saíram do hotel sem quitar a conta, às pressas. O chefe também deixaria Belém apressadamente naquele dia, embora num voo regular da Transbrasil, que sai às 4h20min da madrugada para São Paulo. Nos dois dias que antecederam o atentado, Betão e Marquinhos teriam no hotel a companhia de mais dois integrantes do plano: Antonio Pereira Sobrinho, um paraibano de 38 anos, muito forte e parecido com Betão, que daria três tiros precisos na cabeça de Fonteles, e Osvaldo R. Pereira, 44

anos, que ao se hospedar apresentou-se como militar, motorista do carro usado no crime.

A missão especial

Para que eles pudessem estar em condições de executar o advogado comunista na manhã de 11 de junho foi necessário preparar uma articulação demorada. Ela pode ter começado em junho de 1986, quando James Sylvio de Vita Lopes retornou a Belém, depois de um ano e meio de ausência do Pará. Em São Paulo, onde nasceu em 1947 e fez uma tortuosa carreira até 1981, quando deixou de vez a advocacia – sua habilitação formal – para se transformar em agente de segurança, James foi contatado e aceitou trabalhar para o grupo Jonasa. Voltava a Belém para exercer sua especialidade: resolver problemas de terras enfrentados por proprietários.

Ele criara fama de homem decidido e violento durante pouco mais de três anos em que atuara como “gerente do complexo residencial das empresas estabelecidas às margens da BR-316”, na divisa do Pará com o Maranhão, como declarara no inquérito policial. Ali, numa gleba chamada Cidapar, com pretensão sobre um terço do município de Viseu, empresas como a Agropastoril Grupiá, Comercial do Pará, Comepar e Propará, tendo como carro chefe o Banco Denasa de Investimentos (ao qual o ex-presidente Juscelino Kubitschek esteve ligado) litigavam judicialmente com o Estado – que considerava as terras devolutas – e, no dia a dia, com quase dez mil famílias de posseiros com ocupação antiga na área.

Muitos conflitos e várias mortes ocorridas durante os confrontos foram debitadas na conta de Vita Lopes. Andando às vezes com cinquenta homens, sempre fortemente armado (com pistola 7.65 ou metralhadora), usando motocicleta ou helicóptero, trajando uniforme de campanha, não foi difícil para ele passar a ser tratado como capitão James. Teria estabelecido seu domínio na área se não surgisse em seu caminho outro bando com propósitos conflitantes.

Quintino da Silva Lira, um caboclo da região, também queria ser o dono do local, mas através de outra clientela, a dos lavradores, para os quais passou a ser uma espécie de Robin Hood, que tirava dos ricos para dar aos pobres (embora com uma adaptação moderna: cobrando comissão). O “capitão” James e o “gatilheiro” Quintino testaram sucessivamente suas forças nos atalhos da mata, mas quem pôs fim à contenda foi um terceiro personagem, a Polícia Militar, não sem orientação de um dos contendores. Quintino foi morto em 4 de janeiro de 1985 com um tiro de fuzil pelas costas, depois de cair numa armadilha.

Mas James não poderia comemorar pessoalmente essa vitória. Preocupado com o grau de independência que ele havia conferido a si mesmo, passando a prestar serviços para outras empresas ou agindo por conta própria, a Propará – que teria sofrido “pressões governamentais”, segundo o próprio James – dispensou os serviços do seu chefe de segurança e ele voltou para São Paulo. No retorno ele deu o que os sambistas chamam de “volta por cima”.

James foi do aeroporto para o Hilton, o único hotel cinco estrelas de Belém, de onde só saiu algum tempo depois para um bom apartamento de subúrbio. Mas era um assíduo, gastador e generoso frequentador do hotel, que transformou num de seus pontos de encontro. Ali almoçava e jantava periodicamente, recebeu um cartão de cliente especial e passou a ser associado do Top Bel, um clube de ginástica, musculação e sauna.

Um crime perfeito?

O Hilton foi escolhido para os contatos especiais, refletindo uma das faces de James. Desde janeiro ele organizava uma firma própria, a J.V. Segurança Privada, e por isso também podia ser encontrado no seu escritório, numa rua central de Belém, a Rui Barbosa. Mas também ia muito ao Hotel Milano, onde o bom cafezinho era o pretexto para trocar informações com muitas outras pessoas que ali vão para saber de negócios de terras, pistoleiros ou tóxicos, entre muitos outros assuntos que conferem hoje ao lugar a mesma função que o Café Avenida, mais adiante, desempenhou até alguns anos atrás. Em duas dessas visitas, James pagou as despesas de Betão e Marquinhos, os homens de cobertura do plano. Mas evitou qualquer ligação com Antonio e Osvaldo, que seriam os executantes. Os dois, depois de matar Fonteles dentro do posto de gasolina Marechal IV, na saída da cidade, voltaram ao hotel, pagaram a conta e saíram, dizendo que iam para São Paulo. Já Betão e Marquinhos se esconderam na sede da J.V., enquanto James viajava horas antes para São Paulo. A presunção era de que o crime, executado conforme o planejamento, jamais seria esclarecido.

Dois meses depois o delegado Otacílio Mota, 52 anos, anunciava a reconstituição integral do atentado, vencendo uma barreira de ceticismo ou descrença que surgira no curso da investigação. Dispondo apenas de três investigadores e um escrivão, o chefe da Delegacia de Crimes Contra a Pessoa conseguiu identificar os dois homens que mataram Fonteles e o organizador do atentado.

Mota obteve o mandado de prisão para os três, concedido pela juíza Maria de Nazaré Souza da Silva, mas agora está diante de uma tarefa maior: chegar aos criminosos. Todos estão foragidos, embora o mais importante deles, o capitão James, tenha mandado uma carta de São Paulo. Pode ser despistamento, mas o delegado tem que agir com rapidez e eficiência se quiser chegar aos executantes antes de qualquer tentativa de “queima de arquivo”, que enfraquecerá os elos de ligação com o intermediário e impedirá a concretização do que permanece sendo uma hipótese: a completa elucidação, pela primeira vez em muitos anos, de um crime político.

O agente de segurança especial

No dia 2 de junho James Sylvio de Vita Lopes, advogado, divorciado, 40 anos, foi à 2ª Seção da 8ª Região Militar, que cuida de informações e costuma ser chamada de serviço secreto. Queixou-se de ter sido roubado entre os dias 28 e 29 de abril. Descreveu o roubo: um fuzil Colt, calibre 7.65, de fabricação norte-americana; quatro pentes de munição com noventa balas; seis granadas ofensivas, que têm efeito moral, só matando quando acertam diretamente o alvo; uma caixa de bala 38; de trinta a quarenta balas calibre 45; uniformes camuflados de areia e selva; camisetas e gorros.

As declarações de James foram transformadas em “informe”, que levou o número setenta e um, de natureza confidencial, avaliado no grau três. Isto quer dizer que não mereciam ser consideradas como uma informação, exigindo antes uma checagem para avaliar sua fidedignidade, mas foram repassadas – como algo a ser analisado – aos órgãos da “comunidade de informações”, entre os quais a Aeronáutica, a Marinha, o SNI, a Polícia Federal e a Secretaria de Segurança Pública.

Arsenal misterioso

O “informe” começa com a observação de que o declarante é “o famoso capitão James”. Não se tratava, na verdade, de um capitão das Forças Armadas (ou

pelo menos não do Exército), mas o próprio Vita Lopes não apenas parecia satisfeito com o tratamento, como o induzia. Agia de várias formas a parecer-se de fato um oficial do Exército. O traquejo pode tê-lo estimulado a adotar uma iniciativa na qual um outro civil jamais pensaria: comunicar ao órgão de informações do Exército que lhe foram roubadas armas que ele simplesmente não poderia ter, por serem de uso privativo das Forças Armadas ou exigirem, para o porte, uma licença especial, que ele não possuía.

Para o “famoso capitão James”, um ato desses, porém, não era mais inédito. Em novembro de 1983, quando chefiava a segurança das empresas da gleba Cidapar, ele conseguiu que o DOPS instaurasse inquérito para apurar outro desfalque no seu bem sortido arsenal. Na época, haviam desaparecido três rifles 38; duas cartucheiras cano duplo, calibre 12; uma pistola de calibre 7.65; um rifle 22 com mira telescópica, e vinte e uma balas.

O desaparecimento incluía também uniformes camuflados de campanha, que James usava – como explicou ao depor no inquérito – “procurando resguardar-se de iniciativas antagônicas de pessoas moradoras da região, permanentemente em conflito com o pessoal da administração” das empresas. Argumentou que as roupas roubadas – boné, camiseta, calça verde e botas – não eram uniformes das Forças Armadas “e sim são roupas apropriadas para caçadores vendidas livremente no comércio do ramo, assim como as armas selecionadas”.

Numa carta que enviou ao jornalista João Malato, às vésperas de ter sua prisão preventiva decretada, James contradiz as declarações de quase quatro anos antes: informa que o uniforme camuflado foi “adquirido nos Estados Unidos”. Já na 2ª Seção da 8ª Região Militar dissera que todo material, incluindo as armas privativas, lhe haviam sido dados, “como presente”, por um certo capitão Airton, do Exército, em 1974. Não falou sobre o sobrenome do oficial ou o que motivara esse suposto capitão Airton a uma doação que constitui infração disciplinar e ilegalidade. Nem lhe foi perguntado. Apenas deu a declaração e foi embora. Nove dias depois ocorria o atentado.

Segundo uma fonte militar, muitas pessoas procuram os órgãos de informações para fazer todos os tipos de denúncias ou relatar as mais variadas histórias, muitas delas absurdas ou fantasiosas. O “famoso capitão James”, de acordo com essa interpretação, seria um tipo megalomaniaco, que não se deve levar muito a sério, ou “ao pé da letra”, mas cujas informações convêm registrar para averiguações.

Talvez por esse princípio metodológico, a descrição de um arsenal que inclui até granadas não mereceu maior atenção. Mas James referiu-se também às atividades do deputado estadual João Carlos Batista (PMDB), acusado de insuflar invasões de terras e tirar proveito pessoal desse fato, e aos quatro guarda-costas que o acompanham, entre os quais Mão de Sola e um irmão do “gatilheiro” Quintino, o rival de tiroteios de James em Viseu.

Amizades influentes

É possível que o Exército desconhecesse os registros do DOPS sobre o “famoso capitão” e seu arsenal, continuamente exposto a saques. Mas na carta a Malato, datada de 14 de agosto e teoricamente postada três dias depois, James faz questão de mostrar que não é um neófito nesses caminhos tortuosos. Ele arrola entre os amigos “policiais civis, militares e federais”, com os quais “mantinha bom relacionamento, trocava informações importantes e vitais para o bom desempenho de certas missões”. Acrescenta que informava esses amigos “sobre os passos, reuniões e

decisões daqueles que incitavam à invasão de propriedades privadas”.

Na carta que mandou, James tenta caracterizar a perseguição que sofre como resultado de sua posição e atribuí-la aos responsáveis por essas invasões que “sabiam e sabem o quanto posso afetá-los com o meu trabalho”, insinuando que a morte de Fonteles poderia ter sido arquitetada pelo próprio PCdoB, como uma “queima de arquivo” ou para criar um mártir que os comunistas poderiam usar. A única pessoa acima de qualquer suspeita seria ele mesmo, que não se arriscaria a praticar um crime, e ainda por cima deixando tantas pistas, abusando, assim, “da confiança de tantos bons amigos, dentro ou fora do Governo”.

Entre os amigos, poderia estar o diretor geral da Polícia Federal, Romeu Tuma. José Antonio da Silva, que trabalhou com James na empresa de segurança J.V., disse ao delegado Otacílio Mota que seu patrão almoçou com Tuma no Hilton Hotel. O próprio José Antonio não presenciou o almoço, mas quem deu a informação foi Walter Cardoso, segurança do Hilton. Cardoso, no seu depoimento no inquérito, também informou que James “regularmente almoçava com Joaquim Fonseca”, o dono do Grupo Jonasa.

O proprietário do Hotel Milano, o francês Jean François Le Cornec, 37 anos, declarou ao delegado Mota ter sabido, “por terceiro”, que James “seria pessoa ligada ao Serviço Nacional de Informações”, boato esse reforçado pelo fato de que James foi visto no hotel conversando com Rubineti, “pessoa ligada ao serviço de informações”. Um dos agentes da empresa de segurança de James, que trabalhou para ele na fazenda de Joaquim Fonseca, um segundo-tenente da reserva do Exército conhecido apenas como Paulo, foi declarado como informante do SNI por José Antonio da Silva, também contratado como segurança por Vita Lopes.

O SNI mesmo teve urna intervenção na apuração do assassinato. O órgão informou o delegado Otacílio Mota que os pistoleiros tinham saído de Belém no Santana de propriedade de James no dia 15. Mas o delegado pegou uma pista errada: o carro, provavelmente com uma bala na porta, havia sido recolhido à Belauto para conserto três dias antes do atentado e lá permaneceu até um mês depois.

Na carta a Malato, James não chega a confirmar o almoço com o chefe da Polícia Federal. Diz apenas que cumprimentou Tuma, “porque já tinha sido apresentado ao mesmo há muitos (anos) mais, quando era diretor do DOPS paulista, pelo amigo comum, doutor Quass”, mas se apressa a dizer que a tentativa de envolvimento dessas “diversas personalidades ilustres” não passa de uma “manobra típica de esquerda”. Discretamente, a Polícia Federal do Pará está investigando a história, por ordem superior.

A carta revela detalhes novos na biografia, mas deixa claro que está omitindo muito mais, fiel ao estilo do “capitão James”, entre o mistério e a grandiloquência, estilo muito usado alguns anos atrás. Defendendo-se da acusação de “falso capitão” (que ele usou antes de ter sido acusado), de ex-agente do DOI-CODI ou membro da Rota, a violenta patrulha policial de São Paulo, Vita Lopes diz ter sido procurador jurídico da pequena prefeitura de Penápolis, no interior paulista. Como pertencia à Coordenadoria da Defesa Civil, “sempre estava no Palácio dos Bandeirantes”, ao tempo em que o inquilino era o governador Paulo Maluf. Isso foi entre 1979 e 1981, período em que a história de Vita Lopes projeta alguma luz. Sobre a fase anterior há apenas sombras – e ele não parece nem um pouco interessado em dissipá-las. Sabe-se que se formou em Direito com idade já razoavelmente avançada para um estudante comum, 27 anos. Foi justamente nesse ano que se credenciou a receber um arsenal de um capitão amigo, já falecido,

infelizmente, do qual não lembra mais o sobrenome.

Agente “da pesada”

Tais traços biográficos indicam seguramente que o “capitão James” não era uma pessoa convencional. Walter Cardoso, o detetive do Hilton, confessou ao delegado Mota que ficou impressionado com o homem, que não parava de falar na montagem de um “esquema”. Os dois estavam em frente ao hotel, vendo passar uma passeata de protesto de professores, quando James fez um comentário que Cardoso não esqueceu:

— Comigo não tem dessa. Jogava logo uma bomba de gás lacrimogêneo, jogava logo uma granada, dava uma rajada de metralhadora.

James enfiara ainda outras armas nessa reação, como escopetas e pistolas. Cardoso, cinco mil cruzados por mês para ser segurança no hotel cinco estrelas, concluiu dessa linguagem que estava diante de um guerrilheiro. Não era uma dedução de todo incorreta: James, como num drama literário igualmente trágico, era personagem à procura de um autor. Só que não levaram a sério – ou quiseram camuflar – o enredo que ele desfiava.

Policiais ajudam os criminosos

Dois delegados e um investigador de polícia mantiveram James de Vita Lopes sempre bem informado sobre as investigações do delegado Otacílio Mota, que se reportava apenas a um reduzido número de integrantes do governo. O próprio James admite na carta datada de 4 de agosto que estava “prestes para embarcar para Belém” quando recebeu “telefonemas de amigos para que não retornasse porque era suspeito” de envolvimento no assassinato de Fonteles. Os amigos disseram que ele seria preso no aeroporto e, quando fosse colocado na cadeia, poderia ser linchado por militantes do PCdoB e pelo deputado João Batista.

Entre esses amigos policiais está um ex-delegado do DOPS, que atuou durante a repressão a posseiros da gleba Cidapar, a grande missão que James desempenhou entre 1981 e 1984. O investigador ainda está até hoje no DOPS, mas o então delegado foi remanejado para outro posto. Foi desse setor da polícia que saíram os primeiros “vazamentos” de informações para a imprensa.

Na carta supostamente enviada de São Paulo, James diz que “as suspeitas sobre o meu envolvimento iniciaram-se quando o delegado Otacílio Mota apegou-se a uma notícia dada por um dos jornais da cidade, de que dois suspeitos teriam se hospedado no Hotel Milano”. Quando A Província do Pará publicou a informação, dada por um delegado, Mota na verdade fazia diligências em Belo Horizonte, tentando justamente aproveitar-se do sigilo. O “vazamento” prejudicou a investigação alertando os criminosos. Mas James não poderia dizer que a publicação levara o delegado à suspeita.

Um outro fato mostra que ele estava recebendo as informações antes mesmo que elas chegassem à imprensa, quando ainda era privilégio de um reduzido grupo de quatro autoridades. No momento em que James estava se preparando para voltar a Belém, uma semana depois do crime, nenhum jornal havia publicado uma vez sequer o nome dele como suspeito. No entanto, ele já sabia que o delegado Mota começava a investigá-lo.

Esse invejável canal de informações deve ter estimulado Vita Lopes à iniciativa de enviar uma carta, na qual revelou dados que nem a polícia conhecia. O destinatário foi escolhido a dedo: além de ser um intransigente defensor dos fazendeiros e de suas

organizações, o jornalista

João Malato é pai do delegado Mário Malato, tido como amigo de James. Recebendo a carta, Malato enviou-a ao jornal O Liberal, não sem antes submetê-la a uma atenta copidescagem (revisão), mas retendo o envelope, onde estaria o registro do despacho postal.

Mas o que ainda causava especulação eram os motivos que levaram o “capitão” James a fazer revelações tão comprometedoras. Ele disse, por exemplo, que as despesas com o conserto de seu carro, um Santana 1985, foram pagas pela Jonasa. É um dado perturbador: embora dizendo tê-lo dispensado em 16 de abril, no dia 8 de julho a empresa se responsabilizou por despesas de James e ainda mandou entregar-lhe em São Paulo o carro, mesmo sabendo – porque já então as especulações haviam sido publicadas pela imprensa – que ele estava sendo acusado de envolvimento no crime.

Na carta, James diz que as notas de despesa “devem estar arquivadas na contabilidade” da Belauto. De fato, um investigador da Delegacia de Crimes Contra a Pessoa viu no computador, no dia 10, o registro da responsabilidade pelo conserto em nome de Joaquim Fonseca Navegação S/A. Era sexta-feira e pediu um documento de comprovação. Na segunda-feira, já apareceu no vídeo do computador o nome de James Sylvio de Vita Lopes. Num ofício de 15 de agosto a empresa diz que ele foi quem pagou o conserto.

Por que o “capitão” James tornou públicas informações embaraçosas como essa, que a polícia ou a opinião pública ignoravam? Talvez com a intenção de mandar recados para destinatários certos, avisando que poderá dizer ainda mais se faltar-lhe o apoio de que precisa para livrar-se de mais essa complicação.

Mandante: entre empresários

Se havia alguém que o empresário Francisco Joaquim Fonseca poderia ter interesse em mandar matar, essa pessoa seria o deputado estadual do PMDB João Carlos Batista e não o ex-deputado Paulo Fonteles. A observação foi feita na semana passada por um dirigente da UDR (União Democrática Ruralista) em Paragominas, membro também da Associação Rural de Pecuária do Pará, que raciocinava “apenas como hipótese”, manifestando a opinião de que Fonseca não teve qualquer participação no assassinato de Fonteles.

“Mas se ele quisesse matar alguém visaria o Batista, que já lhe causou muitos problemas”, disse o membro da UDR, não vendo lógica no envolvimento do chefe do Grupo Jonasa com a morte de Fonteles, “que nunca atuou na região da Belém-Brasília”. Um membro da família Fonteles reconhece que Fonseca não teria motivos para encomendar um atentado ao ex-deputado, mas está convencido de que o empresário foi envolvido por fazendeiros do Sul do Pará e de Paragominas, “que o desafiaram a aceitar a empreitada e ele aceitou”. No meio das acusações difusas de cumplicidade que a família faz aparecem os bancos Real e Bamerindus.

Mas, se nenhum desses possíveis aliados aparece em qualquer momento do inquérito policial presidido pelo delegado Otacílio Mota, Joaquim Fonseca já tem nos autos uma posição delicada. Ele poderá ser chamado a explicar as contradições entre suas afirmativas e as de James Vita Lopes. Fonseca diz que deixou de ter relações comerciais com James em 14 de abril, mas em 2 de junho, quando foi ao quartel-general da 8ª Região Militar, o ex-segurança assegurou que ainda trabalhava para a Jonasa. E

declarou na carta que Fonseca pagou o concerto do Santana em 8 de julho, enviando-lhe o carro – provavelmente de carreta – para São Paulo.

A nota que Fonseca publicou pela imprensa sugeria que ele não tinha qualquer intimidade com James, mantendo com ele um relacionamento puramente comercial. No entanto, o segurança José Antonio da Silva disse, em seu depoimento, que James “regularmente almoçava com Joaquim Fonseca” no Hilton, baseado em conversa que tivera com o detetive do hotel, Walter Cardoso.

Fonseca, o maior armador da navegação fluvial em todo o país, foi buscar James em São Paulo para tentar resolver, ainda que à força, problemas em três fazendas que possui na Belém-Brasília: a Vale do Capim Agro Industrial, a Companhia Agropecuária do Rio Jabuti (a maior, com vinte e um mil hectares), ambas incentivadas pela Sudam, e a fazenda Del Rey, com doze mil hectares.

Na entrada dessa fazenda, em julho do ano passado [1986], foi assassinado José Bernardo Pinto. Ele era um dos ocupantes da fazenda, contra os quais a Polícia Militar e policiais civis investiram numa ação de desarmamento e retirada de invasores. Duas semanas depois José Bernardo foi morto a tiros, às onze horas da noite, quando carregava uma motosserra para concerto.

Fonseca queixava-se de que as pessoas invadiam suas terras apenas para tirar madeira, servindo às madeireiras, e que, ao resistir, havia sido ameaçado de morte. Os ocupantes se declaravam agricultores e denunciavam a conivência da polícia com a violência. Foi justamente quando o conflito estava agudo que chegou à área o “capitão” James, disposto a reeditar por ali os métodos vitoriosos da gleba Cidapar.

A ação dos sindicatos do crime

O governador Hélio Gueiros tem se queixado a assessores mais próximos de que a Polícia Militar forma pessoal para as agências particulares de segurança. Elas pagam um pouco mais e atraem os soldados da PM depois que eles passam pelo centro de formação. E podem fazer isso: afinal, poupam todo o dinheiro investido pelo Estado em treinamento de pessoal.

Mas o problema não seria tão grave se se reduzisse a essa drenagem. Mas as próprias autoridades sabem que oficiais intermediários da PM, mesmo sem deixar a função, estão organizando milícias para empresas particulares. A polícia civil também participa desse tipo de trabalho duplo, um público e legal, o outro informal e ilegal. Na região de Paragominas e no Sul do estado já existem milícias, como as que James Vita Lopes comandava na Cidapar e sob a camuflagem de sua agência de segurança, a J.V.

Quando a empresa não tem condições de suportar as despesas com esses grupos organizados, recorre a pistoleiros autônomos. Há centenas deles em vários pontos da Amazônia e o principal centro é Imperatriz, no Maranhão, onde o chefe de uma das quadrilhas virou político e exerce inquestionável liderança na região, por motivo mais do que óbvio. São os sindicatos do crime.

Esses pistoleiros estão muito longe de corresponder à imagem deles projetada pelos filmes sobre o faroeste norte-americano. Só andam armados quando estão em serviço e, ainda assim, a arma que usam não é deles: o mandante do crime é quem a fornece. Um pouco antes e um pouco depois do crime encomendado, o pistoleiro fica sob a proteção do “cliente”. Feito o serviço, volta para o seu trabalho rotineiro, como lavrador ou

garimpeiro. Calcula-se que só na região de Imperatriz haja algo em torno de quinhentos pistoleiros profissionais.

Com o anúncio do plano nacional de reforma agrária, em maio de 1985, o mercado da “pistolagem”, como a atividade é conhecida no interior, entrou em alta, multiplicaram-se personagens como o capitão James. Um “trabalho” como o assassinato do ex-deputado Paulo Fonteles pode custar várias centenas de milhares de cruzados. Mas há pistoleiro disposto a “apagar” alguém por não mais de dez mil cruzados. Tudo fica mais caro, porém, quando torna-se necessário, além de matar, “queimar” arquivo. O assassinato de Fonteles já está nesse nível”.

Os mais de vinte e cinco anos do assassinato de meu pai vai nos ensinando que existe fortíssima ligação entre os mandantes, entre eles Flávio Vieira Lopes, pecuarista mineiro, com fazendas em Redenção (Pa) e antigos agentes da repressão política, como Romeu Tuma, Vita Lopes, Gerci Firmino de Souza e Rubinete Chagas de Nazaré. A “ajuda” do SNI na apuração do hediondo crime de meu pai foi o diversionismo, sempre no sentido de desviar os focos da investigação, coordenadas pelo delegado paraense Otacílio Mota. Nos últimos anos, eu mesmo, Paulo Fonteles Filho, tenho denunciado que agentes da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), dentre eles Magno José Borges e Armando Souza Dias que estão por trás do recolhimento de ossadas, supostamente de desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia, em 2001, durante as obras de requalificação do centro histórico de Belém, na antiga V Companhia de Guardas, importante centro de detenção e torturas da capital do Pará, durante o regime repressivo instalado em 1964.

Até hoje os mandantes do assassinato de meu pai, Paulo Fonteles, não foram levados a julgamento e, como centenas de casos da pistolagem perpetradas pelo latifúndio seu crime permanece impune o que revela o caráter do judiciário paraense e brasileiro.

Naqueles dias eu tinha 15 anos e para não enlouquecer decidi ingressar nas fileiras do Partido Comunista do Brasil. Era minha saída e a forma de me organizar para enfrentar o futuro.

Quando, enfim, tivemos a notícia do falecimento de Carlos Alexandre Azevedo, torturado com um ano e oito meses de idade é que muita coisa veio à tona e meus sentimentos se voltaram para minha própria história. Diante daquela triste manhã de domingo, pensei com meus botões, o que de fato fez com que pudessémos estar vivos e testemunhar sobre tão duros eventos pessoais e políticos, diferentes de outros casos, onde filhos, não sabemos quantos, ainda, foram arrancados do ventre de suas mães.

Devo minha vida a coragem de minha mãe e de certa forma, o meu nascimento, revelou a rebeldia das mulheres brasileiras diante da infâmia. Sigo com meu pai, sempre, pela vida da luta revolucionária, para, em definitivo, emancipar o Brasil do jugo da miséria, do latifúndio e do obscurantismo. Caminho com meus irmãos, Ronaldo, Juliana, João Haas e Pedro e com os grandes amores de minha vida, Jureuda Guerra e Angelina Anjos que me deram filhos lindos, Aruan, Ianã Paranatinga, Anita Helenira e Maria Sophia Lautaro, além de Yan e Karoline. Devo, ainda, a generosidade de Cordolina Fonteles de Lima, Hilda Veiga e Anita Eleonora Fonteles de Lima, além dos meus muitos amigos, como a guerrilheira Elza Monnerat e o camponês Sinvaldo

Gomes, já falecidos.

Cada vez mais tenho em meu Partido, o Partido Comunista do Brasil, essencial baliza dos dias e da vida, e a conclusão de que ser comunista é condição sobretudo espiritual e que, a esperança há de ser organizada, sempre, no coração e nas mentes.

Em artigo escrito numa longa e dura madrugada asseverei:

“Mas o que fazer diante destes testemunhos, de tua segunda morte?”

Sinto amigo, que em tempos de Comissão Nacional da Verdade (CNV) devemos cobrar que estejam embutidos, no relatório que será apresentado aos brasileiros em maio de 2014, os acontecimentos criminosos que foram perpetrados, por questões políticas, contra a infância deste imenso país dos trópicos.

Tua segunda morte carrega o legado de que, mais do que nunca, devemos cuidar da tenra idade contra os infanticidas, dos de ontem como, também, na atualidade.

Com ousadia, sem procuração alguma, a não ser pela memória da carne violada, tomamos para nós, por tais testemunhos, a exigência de que quem nos torturou, no ventre ou fora dele, responda pelos crimes de inexorável covardia, contra aqueles que devem ser protegidos desde a fecundação. Assim cumprimos com a civilizatória missão de proteger os filhos do povo brasileiro”.

Neste sentido é preciso que as Comissões de Verdade façam as ligações na perspectiva de traçar um paralelo comum entre essas vivências de filhos de presos políticos e dos inúmeros centros de detenção de menores, criados durante a ditadura como a FEBEM e que na vida democrática não mudou seus métodos e, como é o caso de São Paulo, onde a tortura se esconde travestida pelo pomposo nome de “Fundação Casa”.

Apenas agora nos debruçamos sobre a infância na ditadura militar e há um caminho extenso a percorrer. Tal caminho seguramente irá nos levar aos filhos de camponeses e crianças indígenas, além dos casos de filhos de militantes políticos, já bastante relatados.

Há dois anos conheci o Sebastião, ex-motorista do Inca durante a Guerrilha do Araguaia, na cidade de Marabá. Tal pessoa relatou-me sua revolta em lembrar, de que na Base da Bacaba, que havia uma ala de tortura apenas para crianças e jovens, filhos dos sertões naquele país profundo e desigual. Naquelas condições é que as filhas de Adalgisa e Frederico, amigos dos combatentes, de São Domingos do Araguaia, foram seguidamente estupradas quando trabalhavam em regime de escravidão naquela terrível base militar. Isso sem falar na mocidade indígena, aikewara, que apenas agora começa a relatar as barbaridades sofridas. Num contato mais amiudado com aqueles indígenas, nos últimos tempos, temos tido a exata noção das

pressões, intimidações e violências perpetradas pelos generais de plantão contra os nossos primeiros habitantes, mais antigos que o próprio Brasil. Tais histórias devem ser contadas, inclusive, para que possamos ter a exata noção da extensão e violências da Ditadura Militar, sempre no sentido de, ao reconhecer tais fenômenos na atualidade, enfrentá-las na perspectiva da prosperidade espiritual do povo brasileiro e de nossa dimensão democrática.

Aqui termino com o registro poético de meu pai que assim relatou meu nascimento em *“Força e Arte”*:

“A criança nasceu.

A mãe passa bem.

Apesar de todas as proibições

bebamos vinhos até a embriaguês!

Quem é que pode com povo?”

Esse é meu testemunho.

Paulo César Fonteles de Lima Filho.